

A serviço do país



A nova ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes, tomou posse no dia 26/10/2011. Eleita pela Câmara dos Deputados com

222 votos, teve sua nomeação expedida por decreto presidencial de 29 de setembro de 2011. A vaga que ocupa é decorrente da aposentadoria

do ministro Ubiratan Aguiar, ocorrida em agosto deste ano. Advogada, a ministra, em seu primeiro mandato como deputada federal, foi titular da Comissão de Defesa do Consumidor e, em seu segundo mandato, foi líder do bloco PSB-PTB-PCdoB. Antes de Ana Arraes, somente a baiana Élvia Lordello Castello Branco (1926-2005) havia ocupado o cargo de ministra do Tribunal. Nomeada em 1987, Élvia exerceu a presidência da Casa em 1994 e aposentou-se no ano seguinte.

A senhora enfrentou uma disputa acirrada para chegar ao TCU. Qual foi a motivação para entrar no Tribunal?

Servir ao Brasil e ao povo brasileiro. Sei da importância do TCU no controle dos gastos públicos e tenho consciência de que a fiscalização dos dispêndios estatais é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, para a redução das desigualdades regionais e para a melhoria da condição da

vida da população. Foi o desejo de participar, de uma nova forma, do esforço de construção de um país mais justo que me levou a aceitar a indicação do Parlamento e enfrentar o desafio de me juntar ao Tribunal.

E como a senhora pretende exercer para fortalecer a atuação do tribunal?

O TCU é um órgão colegiado, composto de magistrados que possuem um vasto histórico de serviços prestados ao País e uma notável formação técnica. Minha intenção é integrar-me a esse grupo, que tão relevantes contribuições têm dado ao Brasil, além de tentar contribuir com meu conhecimento e com a experiência adquirida ao longo de minha vida.

Quais são suas expectativas em relação ao corpo técnico do tribunal?

As melhores possíveis. É notório que o TCU possui um corpo técnico de altíssima qualidade, selecionado em concursos públicos que estão incluídos entre os mais rigorosos do país. Esse admirável grupo de servidores também possui uma característica extremamente importante: o compromisso inquebrantável com o combate à corrupção e com o aperfeiçoamento da administração pública, de forma a construir uma socieda-

de mais justa. Conto com essa competência e com esse entusiasmo para podermos cumprir a contento a missão que o País nos confiou.

A senhora é a segunda mulher na história do tribunal a assumir o cargo de ministra e, atualmente, é a única. Isso dá um sentido especial a sua posse?

A questão feminina não é só uma questão de gênero. É uma questão essencial da democracia. É preciso que as mulheres tenham espaço no exercício do poder para que diversas das grandes questões nacionais possam ser enfrentadas sob uma nova ótica, a fim de contemplar os pontos de vista e os interesses femininos. A presença da mulher em funções públicas é extremamente positiva e deve ser ampliada. Afinal, em 121 anos de existência, sou apenas a segunda mulher a integrar o Tribunal. Ainda que isso represente uma vitória, continua ser muito pouco. Tenho a convicção, porém, de que o avanço será cada vez mais rápido daqui para a frente.

Em sua posse, a senhora afirmou ter eleito a política como razão de sua vida. E agora, como aliar essa paixão com o caráter técnico do trabalho que é realizado no tribunal?

“ É preciso que as mulheres tenham espaço no exercício do poder para que diversas das grandes questões nacionais possam ser enfrentadas sob uma nova ótica, a fim de contemplar os pontos de vista e os interesses femininos. ”

Aristóteles ensina que, assim como é impossível conceber a mão sem o corpo, é impossível conceber o indivíduo sem o Estado. O homem é um animal social e político por natureza. E, se o homem é um animal político, ele tem necessidade natural de conviver em sociedade, de promover o bem comum e a felicidade.

O fato de a atuação do TCU possuir um caráter mais técnico não significa que ela deva ignorar a política. Aliás, é preciso rechaçar a ideia de que a técnica e a política são antagônicas. Na realidade, elas são complementares. A política é a arte que possibilita mudanças, que dita os rumos a serem seguidos. Cabe à técnica oferecer subsídios para a tomada de decisões e, posteriormente, para viabilização dos objetivos pactuados pela coletividade.

Por esse motivo, é importante fazer o Tribunal atuar ainda mais próximo do Congresso Nacional. Considero fundamental para o País que o TCU ofereça trabalhos técnicos para subsidiar o exame, pelo Parlamento, de propostas de políticas públicas e de programas de governo. Da mesma forma, as Casas Legislativas devem ser informadas sobre os resultados da ação estatal, de modo a possibilitar sua avaliação e a correção de rumos. Esse entrosamento da técnica e da política permitirá o cres-

“ O fato de a atuação do TCU possuir um caráter mais técnico não significa que ela deva ignorar a política. Aliás, é preciso rechaçar a ideia de que a técnica e a política são antagônicas. Na realidade, elas são complementares. ”

cimento do Brasil, com impactos positivos sobre a qualidade de vida do povo brasileiro.

A senhora também afirmou que vai ser implacável no combate à improbidade e ao crime. Na sua opinião, o Brasil já possui ferramentas efetivas de combate à corrupção?

Foi a política, como representação maior da sociedade e com a legitimação que deriva da investidura popular, que construiu a democracia e promoveu o fortalecimento institucional dos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Quando faltou a política, avultaram os surtos autoritários, que fecharam o Congresso Nacional, amordaçaram as instituições, perseguiram o pensamento livre e permitiram a administração dos negócios públicos ao arrepio das leis.

Quando se fez presente a política, a voz da sociedade se fez ouvir com altivez e construiu a democracia plena, que faz do Brasil um País respeitado, com as instituições em pleno funcionamento.

Estamos vivendo o maior período democrático da nossa história. Nossa democracia tem se aperfeiçoado, com políticas sociais de inclusão de grande parte de brasileiras e brasileiros. Graças a esses avanços,

as ferramentas de fiscalização têm sido aprimoradas.

Mas ainda é preciso avançar muito. Entre outros aspectos, é importante tornar mais transparente a gestão estatal e incentivar a cobrança de resultados das políticas públicas implementadas.

O TCU já foi muito criticado por sua atuação, principalmente em relação à fiscalização de obras públicas. Como a senhora avalia a atuação do tribunal nessa área?

Acho-a extremamente positiva para o País, pois permitiu reduzir custos das obras, aperfeiçoar a gestão pública e aumentar a eficiência da atuação do Estado. Considero, também, que grandes avanços ainda podem ser feitos, principalmente a partir da premissa de que o controle deve induzir a melhoria da gestão.

Assim, é preciso aparelhar o Tribunal para atuar de forma preventiva e pedagógica, que estimule a administração pública a desenvolver bons procedimentos de trabalho. O TCU também deve procurar examinar os projetos antes do início de sua execução e acompanhar concomitantemente sua implementação. Considero fundamental, também, uma adequada avaliação dos impactos econômicos e sociais das decisões do contro-

“ ...é preciso aparelhar o Tribunal para atuar de forma preventiva e pedagógica, que estimule a administração pública a desenvolver bons procedimentos de trabalho. ”

le externo sobre o andamento das obras, de forma a mitigar prejuízos para a administração e para a coletividade.

Nesse sentido, de que forma o TCU e os demais órgãos de controle poderiam aprimorar sua atuação?

Acho que o primeiro passo já foi dado, com a criação, durante a gestão do Presidente Ubiratan Aguiar, da Rede de Controle, que reúne diversos entes de fiscalização. Agora, é preciso estimular o intercâmbio de informações entre os integrantes da Rede, ampliar o uso de recursos de informática e desenvolver ações conjuntas de fiscalização. Com isso, conseguiremos uma sinergia que nos permita obter melhores resultados para a sociedade brasileira.

